

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 22, ano 2025 | ISSNe: 2675-5432

A originalidade do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes

Lucas Trindade

Professor adjunto do Instituto Humanitas de Estudos Integrados e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2011), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2014) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2018), na qual também foi Professor substituto (40h). Coordena o Projeto de Pesquisa “Síntese Teórica ao Sul: teoria social, teoria sociológica e a articulação de modelos explicativos em Florestan Fernandes”. Trabalha com teoria e pensamento social.



Recebido em: 12/07/2025
Aprovado em: 29/07/2025
Publicado em: 22/08/2025

A originalidade do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes¹

Lucas Trindade²

Resumo

De modo sucinto e didático, o objetivo do artigo é assinalar a originalidade do conceito de capitalismo dependente na obra de Florestan Fernandes quando comparado a um conjunto de tradições com as quais o autor dialogou criticamente. Dando especial atenção à *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de 1967, e *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975, salientarei como o conceito de capitalismo dependente empreende: a) uma

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Projeto: O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento, Edital Universal 2021, Processo n. 420043/2021-7, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, Projeto: Luta de raças, de classes e desenvolvimento: reconstruindo o artesanato intelectual de Florestan Fernandes. N.º 5286/2023, Termo de Outorga: PPP018/2024. Agradeço especialmente a Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, pela oportunidade de debater uma primeira versão do texto na disciplina “Sociologia Brasileira”, por ela ofertada na Universidade Federal da Bahia, bem como pelo estímulo para publicar as notas de aula no formato de artigo científico.

² Professor adjunto do Instituto Humanitas de Estudos Integrados e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2011), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2014) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2018), na qual também foi Professor substituto (40h). Coordena o Projeto de Pesquisa “Síntese Teórica ao Sul: teoria social, teoria sociológica e a articulação de modelos explicativos em Florestan Fernandes”. Trabalha com teoria e pensamento social.

crítica à visão dual do Brasil (em diálogo com o pensamento social e político brasileiro); b) supera uma concepção teleológica e etapista de modernização (em diálogo com a teoria da modernização); c) reflete sobre o modo como o imperialismo se articula internamente nos países (semi) periféricos (em diálogo com as teorias do imperialismo); d) pensa o capitalismo dependente de modo global, em seus aspectos socioeconômicos, normativo-morais e político-agenciais (em diálogo com a teoria sociológica clássica).

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo dependente; Pensamento social e político brasileiro; Teoria da modernização; Teorias do imperialismo; Sociologia clássica.

Abstract

In a succinct and didactic manner, this article aims to highlight the originality of the concept of dependent capitalism in Florestan Fernandes's work when compared to a set of traditions with which the author engaged in critical dialogue. Paying special attention to *Class Society and Underdevelopment* (1967) and *The Bourgeois Revolution in Brazil* (1975), I will highlight how the concept of dependent capitalism undertakes: a) a critique of the dual vision of Brazil (in dialogue with Brazilian social and political thought); b) overcomes a teleological and staged conception of modernization (in dialogue with modernization theory); c) reflects on how imperialism articulates itself internally in (semi-)peripheral countries (in dialogue with theories of imperialism); d) considers dependent capitalism globally, in its socioeconomic, normative-moral, and political-agency aspects (in dialogue with classical sociological theory).

KEYWORDS: Dependent capitalism; Brazilian social and political thought; Modernization theory; Theories of imperialism; Classical sociology.

Introdução

A finalidade deste artigo é apresentar sucinta e didaticamente (para uso e discussão em salas de aula e cursos de formação política) a originalidade e as implicações intelectuais do conceito de capitalismo dependente na obra de Florestan Fernandes em relação a algumas tradições da teoria e do pensamento sociais. Para isso, será dada especial atenção às obras: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (ensaio original de 1967) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (de 1975).

Quando formulou e desenvolveu tal conceito, havia um conjunto de tradições anteriores com as quais Florestan dialogou criticamente e em relação às quais buscou demarcar posições, diferenças. Tratarei de algumas delas: a) o pensamento social e político brasileiro; b) a teoria da modernização; c) a teoria do imperialismo; d) a teoria sociológica clássica.

Eis a inquietação que motiva a escrita deste texto: como o conceito de capitalismo dependente dialoga, critica e é singular em relação a essas tradições?

1 Capitalismo dependente e pensamento social e político brasileiro

O que é, afinal, o pensamento social e político brasileiro? É tanto um *objeto* como um *campo* maduro de pesquisa nas ciências sociais no Brasil. Para utilizar a definição de Gildo Marçal Brandão, um importante intelectual desse campo de estudos, o pensamento social e político brasileiro caracteriza uma área marcada pela “superposição” de múltiplas abordagens disciplinares (ciências sociais, história, literatura, artes etc.) que faz “da reflexão dos seus ‘clássicos’ [...] o instrumento para interpelar inusitadamente a sociedade e a história que os produz” (Brandão, 2010, p. 232-3).

Em uma frase, é uma área que pensa o pensamento que pensou a experiência social brasileira, pensamento

que não é só expressão complexa de contextos histórico-sociais particulares, mas que também se torna força prática e deixa marcas profundas na realidade social. Pensamento que talha a maneira como o Brasil é na prática – em suas lutas, em suas instituições, em seus dilemas, em suas potencialidades. É com isso em mente que aqueles que trabalham com e no pensamento social e político brasileiro leem e releem figuras tão diversas quanto Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Rui Barbosa, Manoel Bonfim, Nestor Duarte, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Lima Barreto, Caio Prado Jr., Werneck Sodré, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso, Lélia González, Virgínia Bicudo, Clóvis Moura, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Luiz Werneck Vianna, entre tantas outras e tantos outros.

Para sermos bem sintéticos, o campo do pensamento social e político brasileiro se pergunta e busca dar respostas à seguinte questão: como o Brasil se pensou e se pensa e como esse modo de pensar e dizer o que somos produziu e produz o que a gente é?

Um tema que marca profundamente o pensamento social e político brasileiro é o peso do passado ou o *peso do atraso* em nossa formação social. Diversos autores discorrem como o Brasil (frequentemente comparado a uma idealização da modernidade dos países centrais, principalmente França, Inglaterra, Estados Unidos – a despeito de ter se tornado independente, de ter abolido a escravidão, de ter se tornado uma República, ou seja, de ter passado por processos de modernização) estaria longe de ser um país de fato moderno. Isso, supostamente, pelo imenso peso de tradições pré-modernas em sua constituição: do primado da família sobre o Estado (patrimonialismo), dos valores privados em relação aos valores públicos (patriarcalismo), da cordialidade sobre a polidez, da pessoa sobre o indivíduo, do atrofiamiento de uma cultura cívica, do peso da magia e da religião, de um autoritarismo supostamente inato (que viria da família

patriarcal e da escravidão), da falta de condições para a vida democrática etc.

Essa ideia do *peso do atraso* tende a conformar uma *visão dual* ao pensar o Brasil. Como se nesse país existisse um polo atrasado e um polo avançado, um tradicional e um moderno, um voltado para o passado e outro voltado para o futuro, polos sem uma clara relação entre si, a não ser o fato de que o polo atrasado atrapalharia a nossa marcha triunfante para o futuro. Talvez ninguém tenha expressado isso tão bem quanto Jacques Lambert em um livro que se chama exatamente *Os dois Brasís* cuja primeira edição em francês é de 1953, e a brasileira de 1957.

Ao diferenciar o “Brasil arcaico” e o “Brasil novo”, Lambert (1967, p. 105) escreve: “Entre o velho Brasil e o novo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas... Existem dois países, entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro...”. E continua em outro trecho revelador:

A casa de taipa e o edifício de concreto são os símbolos expressivos dos dois níveis de cultura que constituem o país. [...] Entre essas duas épocas da cultura brasileira, a distância vem-se acentuando constantemente, já que uma evolui cada vez mais rapidamente, ao passo que a outra se mantém perfeitamente imóvel enquanto não for rompido o seu isolamento (Lambert, 1967, p. 125).

A formulação do capitalismo dependente em Florestan Fernandes, e isso já vem de suas reflexões sobre as relações raciais no Brasil, representa uma importante crítica a essa visão dual ou a essa razão dualista ao abordar o Brasil. Em primeiro lugar, porque não pensa o Brasil apenas a partir de si mesmo, como se fôssemos um tipo de ilha, com seus traços culturais, sociais, políticos e econômicos essenciais um tanto desligada do mundo. Não, o Brasil foi, é e será uma sociedade cujas particularidades

só podem ser entendidas devido a sua relação com as diversas fases do capitalismo mundial: capitalismo mercantil, capitalismo competitivo, capitalismo monopolista. Nessas fases, o Brasil foi colônia, passou por um momento neocolonial e, principalmente a partir dos anos 1930 e intensamente nos anos 1950/60, vai configurando-se como uma expressão típica do capitalismo dependente.

Em segundo lugar, tendo sempre esse horizonte global em mente, Florestan pensa a produção e reprodução da relação entre passado e presente/futuro, entre tradição e progresso, entre atraso e moderno não em termos de uma visão dual, mas em termos de interpenetração, articulação, interdependência ou entrelaçamento. Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Fernandes (2008) descreve a “formação de uma economia nacional duplamente polarizada” no Brasil, chamada de forma mais amadurecida de economia duplamente articulada em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Uma “economia capitalista competitiva duplamente articulada” – e a dupla articulação continua a caracterizar a fase monopolista, sendo apresentada nos seguintes termos:

Internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais (Fernandes, 2020, p. 243).

Apesar disso, não restam dúvidas a Florestan de que no Brasil consolida-se uma sociedade moderna e capitalista, mas uma “economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente” (Fernandes, 2008, p. 37). Isso porque o seu próprio eixo dinamizador e modernizador – a dinâmica primário-exportadora – é o mesmo eixo reprodutor das relações de dependência. Como Florestan escreve em passagem lapidar no texto de 1967:

O *arcaico* e o *moderno* nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização (Fernandes, 2008, p. 53, grifos do autor).

Em outro texto conhecido, cujo título é *Classes Sociais na América Latina*, de 1971, Florestan é muitíssimo claro. Após uma densa descrição de como se conforma a ordem social no capitalismo dependente – e aqui generaliza para a América Latina –, ele escreve:

Semelhante descrição interpretativa não é dualista. O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, ele une o arcaico e o moderno e suscita seja a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico (Fernandes, 2009, p. 61).

Por fim, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicada em 1975, Florestan escreve que as

formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas” [...] operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos, portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível (Fernandes, 2020, p. 269).

Eis uma primeira lição que podemos tirar da obra de Florestan: não há passado, atraso, arcaísmo, tradição que se reproduza de modo inercial. Se o arcaico se torna presente e futuro, é porque ele está articulado ao moderno, alimenta-o, define-o. O passado é moderno e o moderno é arcaico. Há uma ideia de tempo, de temporalidade, bas-

tante complexa e interessante em Florestan que precisa ser estudada com mais cuidado pelas novas gerações de pesquisadoras/es.

2 Capitalismo dependente e teoria da modernização

Como o conceito de capitalismo dependente dialoga criticamente com a teoria da modernização?

Começaria afirmando que há uma relação íntima entre aquela visão dual ao pensar o Brasil e a chamada teoria da modernização, no que tange a uma idealização dos modelos de modernização dos países centrais, que são usados para atestar o nosso atraso, o nosso vínculo essencial com o passado, com a tradição, nosso caráter de sociedade pré-moderna, semi-moderna ou em difícil transição. O próprio Jacques Lambert e seus dois brasis, mas também figuras como Raymundo Faoro, Sergio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta revelam como têm alguns países da Europa ocidental e os Estados Unidos sempre em vista como modelos de plena modernidade.

Definindo de modo muito sintético, a teoria da modernização ou as teorias da modernização envolvem um conjunto de elaborações teóricas e práticas que emergiram principalmente nos anos 1950 e 1960 e que buscavam estabelecer uma teoria unívoca, linear, teleológica (ou finalista) e etapista do desenvolvimento e da modernização, ou melhor, da transição das sociedades tradicionais para sociedades modernas. Nomes importantes das ciências sociais estiveram envolvidos na elaboração dos fundamentos de uma teoria da modernização, a exemplo de Talcott Parsons.

É teórica e prática porque a teoria da modernização também foi a base para um conjunto de políticas econômicas, sociais e culturais, vindas do Norte para o Sul, voltadas para uma suposta superação do subdesenvolvimento. Unívoca e linear porque supunha uma única linha progressiva de passagem do tradicional para o moderno

ao pensar as diversas sociedades ao redor do globo. Teológica ou finalista porque tomava como fim ou etapa superior do processo de modernização um certo modelo sociológico-histórico-empírico de sociedade plena: frequentemente os Estados Unidos da América. Etapista porque buscava definir as etapas ou estágios básicos a serem vividos para cada sociedade em seu processo de modernização. Lembra-se da antropologia evolucionista clássica? Da passagem da barbárie à civilização? Há algo de fundamentalmente evolucionista também na teoria da modernização.

Walt W. Rostow é um exemplo paradigmático desse modo de pensar - e fazer - da teoria da modernização. Seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*, cuja primeira edição é de 1959, tem a vantagem da sinceridade: “Este livro apresenta uma generalização da marcha da História moderna feita por um historiador da economia. A forma de tal generalização é um conjunto de etapas de desenvolvimento” (Rostow, 1961, p. 11). E continua: “É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa” (Rostow, 1961, p. 15). Eis como essa marcha é sinteticamente descrita:

O período de transição em que as condições para o arranco são criadas, geralmente como reação à intromissão de uma potência estrangeira, concomitantemente com certas forças nacionais que favorecem a modernização; o arranco propriamente dito; a marcha para a maturidade, que via de regra abarca a vida de mais duas gerações; e a seguir, finalmente, se o aumento de renda acompanhou a disseminação do virtuosismo técnico [...], o desvio da economia totalmente amadurecida para proporcionar produtos duráveis de consumo e serviços (assim como o Estado de Bem-Estar) para a sua população cada vez mais urbana - e posteriormente suburbana (Rostow, 1961, p. 25-6).

Em seu livro, Rostow chega mesmo a estipular o tempo de passagem de uma etapa para a outra, por exemplo: “Uns 60 anos após o início do arranco (digamos, 40 anos depois do seu término) geralmente se atinge o que se denomina maturidade” (Rostow, 1961, p. 22).

Florestan, em um sentido diametralmente oposto, e bebendo dos importantes avanços alcançados pelas teorizações da Cepal e das teorias latino-americanas do subdesenvolvimento, que colocaram em xeque várias das premissas da teoria da modernização, vai se opor radicalmente a esse modo de pensar a mudança e o desenvolvimento sociais. Isso é muito claro no texto de 1967:

A sociedade capitalista subdesenvolvida não é uma redução patológica daquele tipo social [avançado, desenvolvido], considerado em determinado estágio do seu desenvolvimento. Ao contrário, ela constitui, através de suas diversas variantes, o que se poderia entender como manifestação normal daquele tipo, nas condições que deram origem e mantiveram o capitalismo dependente. Seus aspectos anômicos, inclusive, explicam-se dessa perspectiva (Fernandes, 2008, p. 51).

O subdesenvolvimento, assim, não é um estágio ou um desvio do desenvolvimento, mas uma forma de expressão do capitalismo dependente ou heteronômico. Contra, repitamos, o caráter unívoco, linear, teleológico e etapista da teoria da modernização, Florestan se filia a uma *gramática do desenvolvimento desigual e combinado* para pensar a história e a estruturação global do capitalismo e da modernidade (Silva, 2020). Isso implica um modo de pensar: heterogêneo (e não unívoco), não linear, anti-teleológico e não etapista, pois concebe a totalidade capitalista global, em seu caráter sempre processual e contraditório, como um modo de articulação de: diversas formas de exploração da força de trabalho; diversas formas de racionalidade e cultura; diversos modos de estruturação (neocolonial, dependente, hegemônico); diversos modos de poder e dominação (democracia, autocracia,

totalitarismo de classe); diversos modos de articulação do Estado. E essa totalidade não tende para um fim inexorável nem é estratificada em etapas que se sucedem mecanicamente no tempo.

3 Capitalismo dependente e teoria do imperialismo

Após tratar da crítica de Florestan Fernandes à visão dualista presente no pensamento social e político brasileiro, bem como à teoria da modernização, nossa questão agora é: qual é a contribuição do conceito de capitalismo dependente em sua relação com as teorias do imperialismo?

Começemos com as lições de Marx (2008). Dentre elas há duas bem importantes a serem demarcadas aqui: a) em primeiro lugar, o fato de que a gênese do capitalismo, aquilo que ele chama de acumulação primitiva do capital, é um processo extremamente violento, tanto no interior da Europa, por meio dos cercamentos, como ao redor do globo, por meio dos processos de expropriação das riquezas das colônias e do tráfico de pessoas escravizadas; b) em segundo lugar, essa tendência global do capitalismo, desde o início imbricado com os processos de colonização, só se expande e se aprofunda ao longo da história. Ora, se a finalidade do capital não é a satisfação de necessidades humanas coletivamente planejadas, mas a valorização do valor e o lucro, não há nenhuma tendência interna ao capital para limitar a sua fome por espoliação tanto do trabalho como da natureza, a não ser a luta contra essas formas de exploração e expropriação. Assim, o capital sempre esteve, está e estará à procura, em qualquer rincão do mundo, por trabalho barato e por fontes energéticas naturais abundantes.

Ao pensar de modo conjunto essas duas lições (a acumulação primitiva e a tendência global do capital), temos uma imagem do capitalismo como uma totalidade complexa e processual caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado (conceito formulado dessa maneira

por Leon Trotski, 1962 [1930]). Afinal, desde a acumulação primitiva há uma divisão do mundo entre colonizadores e colonizados, expropriadores e expropriados, exploradores e explorados, o que também pode ser pensado, após os processos de descolonização, em termos de relações desiguais e hierárquicas entre nações de um ponto de vista econômico (desenvolvimento das forças produtivas, da tecnologia, dos fluxos financeiros, da ciência, das formas de exploração do trabalho), do ponto de vista geopolítico e do ponto de vista militar (Amin, 2005).

A teoria do imperialismo – desenvolvida por revolucionários como Vladimir Lênin (1870-1924), Nikolai Bukharin (1888-1938), ambos na Rússia, e Rosa Luxemburgo (1871-1919), na Alemanha, entre outros – nos oferece ainda mais instrumentos para pensar a contínua produção e reprodução da totalidade desigual e combinada do sistema capitalista (para uma revisão sintética, ver Amaral, 2012). Lenin, por exemplo, tratará de questões extremamente importantes: a) ele atenta, no começo do século XX, para a fusão entre capital bancário e capital industrial, dando origem ao capital financeiro, e este como um tipo de capital cada vez mais global, que atravessa violentamente as fronteiras nacionais; b) esse capital financeiro, dominado por poucos, é a base para a transição de uma fase competitiva para uma fase monopolista do capitalismo, na qual poucas empresas (que formam trustes e cartéis), advindas das economias centrais, controlam a economia mundial; c) a tensão entre grandes interesses financeiros foi o que condicionou, inclusive, a eclosão da 1ª Guerra Mundial, caracterizada por Lenin como “uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das ‘zonas de influência do capital financeiro, etc.’” (Lenin, 1982, p. 9-10)³.

³ Para uma reflexão sobre a pertinência do conceito de capital financeiro em Lênin para pensar o capitalismo contemporâneo, ver Paraná e Silva (2020).

No capítulo VI (A partilha do mundo entre as grandes potências) de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, obra publicada em 1917, Lenin chega mesmo a oferecer elementos para pensar o conceito de “dependência”, quando escreve que “[o] capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política” (Lenin, 1982, p. 81). Marini (2011, p. 134-5), outro importante autor brasileiro, entende a dependência precisamente “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Dessas considerações já podemos perceber que, diferente da crítica à visão dual do Brasil e da crítica à teoria da modernização, a teoria do imperialismo é uma base necessária para a formulação do conceito de capitalismo dependente. E qual é a contribuição desse conceito para pensar o imperialismo? Muito sinteticamente, podemos afirmar que enquanto o conceito de imperialismo define o modo como os capitais e os monopólios advindos das economias centrais ensejam relações desiguais e hierárquicas entre nações ao redor do globo, o conceito de capitalismo dependente evidencia como essa subordinação é produzida e reproduzida pelas forças econômicas, sociais, políticas e culturais no interior mesmo das formações sociais periféricas. A subordinação não é produzida mecanicamente, de fora, pelo imperialismo, mas também autoproduzida, de dentro, pela dependência.

No texto de 1967 isso é muito claro: “o agente humano, colocado na polarização socioeconômica dependente, encarrega-se de resguardar, de manter e de fortalecer os vínculos de dependência, ativamente ou por omissão” (Fernandes, 2008, p. 41). Bem como em *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975. Aqui, Florestan afirma, sobre o caso brasileiro (em certa medida generalizável para a

América Latina), que em nenhuma fase do desenvolvimento capitalista (comercial, competitiva, monopolista), os “estamentos dominantes (sob o regime do trabalho escravo), ou as classes dominantes (sob o regime de trabalho livre)” impuseram:

1) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2) a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas, ou, falando-se alternativamente, da formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (Fernandes, 2020, p. 226).

Isso em razão de “comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas” (Fernandes, 2020, p. 226) que revelam a naturalização, nas disposições e práticas, da dupla articulação:

Aceita-se como “natural”, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutro lado, também se aceita como “natural” que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a presunção de que aí estaria ou a “melhor” ou a “única” saída para a industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico. (Fernandes, 2020, p. 244).

Logo, visto “[d]esse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’”, mas “fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana” (Fernandes, 2020, p. 226).

4 Capitalismo dependente e teoria sociológica clássica

As considerações sobre o diálogo e as contribuições do conceito de capitalismo dependente em relação à teoria do imperialismo me permite chegar ao quarto ponto da exposição, que diz respeito a como o conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes é formulado a partir de um importante diálogo com os clássicos da teoria sociológica. Afinal, Florestan não faz apenas uma análise da “economia dependente”, mas uma análise do “capitalismo dependente”, e capitalismo, para ele, não é um conceito meramente econômico, mas fundamentalmente sociológico: “capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia)” (Fernandes, 2008, p. 23). Para utilizar as palavras recentes de Nancy Fraser (2024), essa definição não deixa dúvidas de que, para Florestan, o capitalismo é uma ordem social institucionalizada (para uma síntese, ver Trindade e Rabelo, 2025).

Dado que somos inteiramente modernos, mas de uma modernidade que não exprime os mesmos padrões da modernidade inglesa, francesa e estadunidense, é obrigatório realizar “uma adequação de conceitos e teorias, elaborados sociologicamente com vistas às sociedades desenvolvidas, à situação heteronômica crônica das sociedades subdesenvolvidas” (Fernandes, 2008, p. 38). E logo em seguida informa: “Três modelos de explicação macrosociológica das classes sociais merecem menção especial na presente análise: são os modelos explorados por Max Weber, Marx e Durkheim, no estudo da moderna sociedade de classes do Ocidente” (Fernandes, 2008, p. 38).

A articulação dos modelos explicativos de Weber (situação de classe, poder e dominação, agência e sentido), de Marx (teoria da acumulação, mercantilização da

força de trabalho, contradição entre relações de produção e forças produtivas) e de Durkheim (solidariedade e integração moral em sociedades modernas) dá-se sempre a partir do horizonte definido de explicar e compreender a particularidade do capitalismo dependente e subdesenvolvido no interior de um sistema global e os tipos heterogêneos de formação social daí emergentes.

Diferente de tratar detalhadamente da recepção de cada um desses clássicos por Florestan, eu gostaria de tratar disso, retomando a questão do conceito de capitalismo dependente como uma teorização complementar à teoria do imperialismo, naquele sentido de pensar a articulação de relações de subordinação e dependência não como mera dominação externa, mas como, igualmente, uma articulação interna às sociedades dependentes. De modo sucinto: como o diálogo crítico com os clássicos da teoria sociológica nos ajuda a entender essa articulação interna da subordinação/dependência? Esquemáticamente, Marx nos dá acesso ao nível dos padrões socioeconômicos estruturais (articulado ao conceito weberiano de situação de classe), Durkheim ao nível normativo-moral e Weber ao nível político-agencial.

Ao nível dos padrões socioeconômicos estruturais, eu diria que o conceito central é exatamente o de *dupla polarização* (Fernandes, 2008) ou, depois, *dupla articulação* (Fernandes, 2020), esse nó entre arcaico e moderno tanto no plano interno (setor primário-exportador e setores industrializados e de tecnologia avançada) como no plano externo (a centralidade do setor primário-exportador na divisão internacional do trabalho). É essa dupla articulação que fornece as bases: para o grau de enraizamento de um modo espoliador de expropriação/exploração do trabalho e da natureza, no capitalismo dependente, que reproduz os atributos da acumulação primitiva; para a convivência generalizada do trabalho assalariado com outras formas não assalariadas de relação de trabalho e a conversão do assalariamento em um privilégio aos olhos das classes subalternas; para um desenvolvimento

técnico e tecnológico inferior e subordinado em relação às economias hegemônicas.

É inspirado em Marx e no conceito de situação de classe (Weber) que Florestan escreve: “Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas [de exploração do trabalho] não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado.” (Fernandes, 2008, p. 61). Afirma também que os segmentos ligados a tais formas arcaicas não são definíveis como “exército industrial de reserva”, mas “como os *condenados do sistema*, o setor humano marginal” (Fernandes, 2008, p. 66, grifos do autor), condições desfavoráveis para desenvolver “interesse de classe”. Delineia-se um tal quadro de subalternização e marginalização sociais que, diferente de apontar para um questionamento frontal das relações de produção capitalistas, desdobra-se em um desejo generalizado para que elas se aprofundem, não contra o capital, mas por mais capitalismo.

Ao nível dos padrões político-agenciais, ou seja, do modo como o poder e a dominação se institucionalizam e de como os agentes sociais atribuem sentido à sua ação no capitalismo dependente, Florestan está particularmente interessado em pensar os hibridismos entre dominação racional-legal e dominação patrimonialista, entre a universalidade do marco formal da nação e o profundo particularismo dos interesses das classes dominantes, entre a formalização da democracia no nível das instituições e a cotidianidade de uma prática do poder extremamente violenta, coercitiva, restritiva, silenciadora das efetivas demandas das classes subalternas. Em curta formulação: o tacão da autocracia. No que diz respeito à agência, Fernandes (2008, p. 41) considera, como já vimos, que o sentido do “agente humano” na situação heteronômica/dependente visa sobretudo “resguardar”, “manter” e “fortalecer os vínculos de dependência”. Logo, a situação

objetiva (externa) da dupla articulação se liga a disposições subjetivas (internas), a “motivos políticos, religiosos e morais” (Fernandes, 2008, p. 42). Deriva disso que uma “autonomização” no plano sócio-econômico” exige, preliminarmente, uma “autonomização” no plano dos sentidos da ação e das disposições dos agentes humanos, “no plano moral e na esfera política” (Fernandes, 2008, p. 42).

Ao nível normativo-moral, por fim, Florestan escreve, ao reler Durkheim, que os “requisitos morais da ordem social competitiva” formulados por Durkheim, em determinado nível, impõem “como uma *necessidade social*”: a) “a existência da pessoa como categoria psicológica, social e moral autônoma”; b) “a liberdade” como “condição de convivência dos indivíduos, de equilíbrio da ordem social e de evolução progressiva da sociedade”; c) “o contrato” como “forma institucionalizada de relações sociais” que permite “a absorção construtiva de tensões e de conflitos diluídos na ordem social” (Fernandes, 2008, p. 53, grifos do autor). Para Florestan, é evidente que as sociedades subdesenvolvidas não atingiram um patamar de ordem social competitiva capaz de exigir de forma imperativa e generalizada tais requisitos (pessoa, liberdade, contrato). Em outras palavras, as sociedades subdesenvolvidas não teriam atingido o mínimo consenso moral transclassista característico das sociedades centrais.

Com uma “fraca integração da solidariedade moral a nível nacional” abre-se margem para “a persistência, em bloco, de estruturas arcaicas e” para “a intensidade sociopática da resistência à mudança” (Fernandes, 2008, p. 53). O subdesenvolvimento, condicionado pela dupla articulação e pela dependência, “cria disposições subjetivas, propensões morais e um estado de espírito que possuem por função manter os vínculos entre as duas sociedades, a hegemônica e a satélite” (Fernandes, 2008, p. 54). Ou, como escreve em *A Revolução Burguesa no Brasil*, formase “um horizonte cultural... polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político” (Fernandes, 2020, p. 209).

Essas disposições subjetivas fundamentam, inclusive, “decisões morais e políticas que, de início e a curto prazo, parecem decididamente antieconômicas” (Fernandes, 2008, p. 54), como, por exemplo: um interesse direto de reproduzir uma condição subordinada na divisão internacional do trabalho; a reação a formas de ampliação do mercado interno; a radical oposição a movimentos de mudança social no sentido de democratização da renda, do prestígio e do poder. Em suma, atitudes desfavoráveis a mudanças que poderiam de fato engendrar uma condição de autossuficiência à formação nacional.

Conclusão

Neste artigo, busquei demonstrar a originalidade e as implicações do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes para: a crítica de uma visão dualista do Brasil; a crítica às premissas teleológicas da teoria da modernização; a complementação da teoria do imperialismo a partir da consideração da articulação interna, às sociedades periféricas, da dependência; uma análise propriamente sociológica da articulação interna da dependência, em seus aspectos socioeconômicos (em diálogo com Marx), normativo-morais (em diálogo com Durkheim) e político-agenciais (em diálogo com Weber).

Para concluir, retomo o laço entre os dois últimos pontos – as contribuições do conceito de capitalismo dependente para a teoria do imperialismo e para a teoria sociológica. Isto porque, a meu ver, é exatamente por meio de uma teoria sociológica renovada, ao mesmo tempo rigorosa e herética em relação aos clássicos, que Florestan consegue contribuir para a teoria do imperialismo e pensar a articulação interna da subordinação/dependência. Articulação esta pensada em um sentido multidimensional (econômico, social, político, cultural, moral) e olhando, simultaneamente, para os níveis da

ordem social, da mudança social e da ação social. Não se trata apenas de problematizar como se estrutura uma ordem social no capitalismo dependente, mas de também inquirir como os agentes sociais produzem e reproduzem essa ordem. E, mais que isso, e é sempre este o interesse de Florestan: como é possível uma agência coletiva capaz de transformar e revolucionar essa ordem social que produz sistematicamente patologias sociais e condenados do sistema?

Referências

Amaral, M. S. (2012). *Teorias do Imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

Amin, S. (2005). O Imperialismo, Passado e Presente. *Tempo*, 18, 77-123.

Brandão, G. M. (2010). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. Hucitec Editora.

Fernandes, F. (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Global Editora.

Fernandes, F. (2009). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Global.

Fernandes, F. (2020). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Kotter Editorial/Contracorrente.

Fraser, N. (2024). *Capitalismo canibal: como o nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. Autonomia Literária.

Lambert, Jacques. (1967). *Os Dois Brasis*. Companhia Editora Nacional.

Lenin, V. (1982). *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Global editora e distribuidora.

Marini, R. M. (2011). Dialética da dependência. In Stedile, J. P. ; Traspadini, R. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. Expressão Popular.

Marx, K. (2008). *O capital: crítica da economia política*, livro I. Civilização Brasileira.

Paraná, E., & Silva, L. T. da. (2020) A Pertinência do Conceito de Capital Financeiro em Lenin para uma Leitura do Capitalismo Contemporâneo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 14(1), 46-78.

Rostow, W. W. (1961). *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Zahar editores.

Silva, L. T. da. (2020). Modelo autocrático-burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. *Estudos de Sociologia*, 2(6), 231-263.

Trindade, L., & Rabelo, T. F. (2025). O capitalismo como ordem social e a atualidade do socialismo. *Revista Direito e Práxis*, 16(3), 1-11.

Trotsky, L. (1962 [1930]). *Histoire de la révolution russe*. Paris: Seuil.